

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 004/2020

1 Ata da Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos –
2 CMAS, cuja temática refere-se a População em Situação de Rua, realizada no dia 23 de abril de 2020,
3 realizada via plataforma online SKYPE, com a presença de conselheiros e convidados, em um total
4 de 27 (vinte e sete pessoas) e do Secretário Executivo do conselho Sr. Leandro Lapetina Freire.
5 Iniciando a reunião as 14h00, Sra. Rayssa – Coordenadora do GT, deseja uma boa tarde a todos e
6 inicia sua fala retomando os assunto da reuniões anterior que serão pauta desta reunião e pedindo
7 que iniciemos pela devolutiva da reunião da SEDS com a Saúde. Sr. Rodrigo propõe iniciar trazendo
8 os pontos da carta que foi assunto tratado na reunião. Informa que ele participou da reunião como
9 presidente do CMAS, além dos representantes da SEDS. Estavam presente também o Coordenador
10 de Saúde Mental e a responsável pelo serviço Consultório na Rua. Aponta que antes da reunião a
11 carta foi remetida para conhecimento de todos e avalia que foi uma reunião produtiva, tendo em vista
12 tratar-se de um momento de emergência e ninguém estar preparado para trabalhar remotamente.
13 Destaca que há um canal construído e com a participação do CMAS e trabalhadores para que
14 possamos dar respostas as demandas trazidas. Primeiro ponto discutido, refere-se ao funcionamento
15 atual do serviço Consultório na Rua, assunto esse também que foi remetido à Saúde por meio do
16 Ofício n.º 013/2020-CMAS, que foi protocolado semana passada. Sra. Michele – responsável pelo
17 serviço informa do afastamento dos servidores, devido a questões de saúde, o que vem ocasionando
18 dificuldades na atuação. Sr. Paulo – Coordenador de Saúde Mental, aponta que também é uma
19 realidade da Saúde o afastamento dos servidores dos seus postos de trabalho. Sr. Rodrigo destacou
20 o Ofício do CMAS a SEGES que questiona sobre o possível remanejamento de servidores de outras
21 pastas para serviços essenciais, respeitando-se a NOB-RH/SUAS. Segundo ponto discutido refere-
22 se a construção de Plano de Trabalho com os serviços da Saúde para atendimento aos serviços de
23 acolhimento socioassistencial. É apontado que há apoio da Saúde nos acolhimento com respaldo
24 para as equipes. Sr. Rodrigo lembra que os acolhimentos é a casa das pessoas, sendo assim o
25 CAPS-AD deve atuar nessas unidades também. Terceiro ponto discutido refere-se a abertura de
26 acolhimento por parte da Saúde. Sendo que foi avaliado que não cabe a aquela pasta abrir
27 acolhimentos, mesmo sabendo que no momento há outros municípios com essa prática. Contudo é
28 informado em reunião que Santos ampliou o número de leitos disponíveis no âmbito da saúde em
29 cerca de 500 unidades a mais. Quarto ponto discutido refere-se a garantia de oferta de vacinação a
30 pessoas em situação de rua. Foi apontado que o critério e definição do público alvo da campanha de
31 vacinação é definido pelo Governo Federal, com prioridades estabelecidas. Essa questão é um
32 movimento maior e não só de Santos. Sr. Rodrigo concorda com a ação, pois reduziria o número de
33 suspeitos de gripe. A princípio a Saúde não consegue atender essa questão. Devemos cobrar
34 instancias maiores, tais como a Diretoria de Saúde do Estado. Quinto item discutido refere-se a

35 instalação de pias e lavabos para higienização das pessoas em situação de rua. Sr. Paulo informa
36 que na unidade CAPS-AD isso já é uma realidade> A unidade instalou, do lado de fora, um lavatório
37 para higienização das pessoas. Sr. Rodrigo aponta que deve-se avançar nessa questão, para que
38 seja uma diretriz de todos os serviços públicos. Sra. Marilda informa que pessoas que manifestaram
39 sintomas a mais de 30 dias, não estão conseguindo acessar as unidades de acolhimento,
40 principalmente as vagas femininas. Estes serviços só estão aceitando a entrada das usuárias com
41 atestado de saúde. Há a necessidade de vagas femininas. Temos que trabalhar de uma forma que
42 os acolhimentos entendam esta necessidade, principalmente os serviços conveniados. Diante disso,
43 fica a questão, quem irá acolher se não compete a Saúde também? Sr. Darci chama a atenção quanto
44 a posição da Saúde e refere-se aos hospitais de campanha. Informa que em São Paulo, a Assistência
45 Social implantou dois hospitais de campanha em conjunto com a Saúde para pessoas em situação
46 de rua. Diante do informado, precisamos de uma solução rápida. Sr. Rodrigo aponta que em Santos
47 apresenta no âmbito da Saúde a ampliação dos leitos para atender a questão de Saúde. Precisamos
48 olhar para as especialidades do município. Não existe abrigo cuja pasta responsável seja a Saúde.
49 Sr. Darci aponta que a Assistência Social pode montar o serviço e a Saúde dar o suporte. Sra. Rayssa
50 pede para que retomemos a discussão da devolutiva da reunião. Sr. Rodrigo retoma seu relato
51 informando que o sexto ponto discutido na reunião refere-se a garantia do tratamento hospitalar a
52 pessoas em situação de rua. É informado que qualquer pessoa que precisar de tratamento será
53 atendida. Talvez possa se pensar o modelo do SUAS para pensar em leitos para o SUAS, como o
54 caso de atendimento especializado em CREAS que há o serviço só para a população de rua
55 (CENTRO-POP). Na sequência informa que na reunião foi acordado que seria instituída uma
56 comissão de trabalhadores para discussão de construção de protocolos (de ambas secretarias),
57 podendo participar os chefes das unidades ou profissionais por ela indicados. A reunião está
58 agendada para o dia 24 de abril e a data limite para publicação do protocolo será dia 04 de maio. Sr.
59 Rodrigo destaca que a higienização dos veículos da PMS, de todas unidades, está sendo feita na
60 Arena Santos. Sra. Juliana – Gestora do Programa Novo Olhar informa que é de conhecimento das
61 pessoas as ações que estão sendo feitas em conjunto com o Consultório na Rua e com os grupo de
62 voluntários, para entrega de kit's de higiene as pessoas em situação de rua. Estamos buscando
63 estratégias para fortalecer essas ações. Informa também que foi viabilizada a vacinação de idosos
64 em situação de rua, por meio de busca ativa do Consultório na Rua para atender a essa demanda.
65 Com relação ao ponto dois da carta, informa que já estão discutindo o suporte do CAPS dentro dos
66 serviços de acolhimento, principalmente com relação a abstinência. Solicitamos à Saúde o
67 levantamento do número de pessoas em alta hospitalar, para se pensar em algum serviço híbrido.
68 Pensar em garantir a territorialidade do atendimento. Sr. Rodrigo aponta que em linhas gerais essa é
69 a devolutiva da reunião. E que os casos de denúncias devem ser encaminhadas ao CMAS para que
70 seja tomada as providências, uma vez que a oferta de atendimento deve ser garantida. Sra. Rayssa
71 aponta que tivemos avanços, mas ainda sente falta de ações que precisam ser estruturadas. Como
72 a questão dos acolhimentos, há diretrizes nacionais para atuação, então temos que cobrar, essas
73 ações por parte da Assistência Social também. Questiona o que o CMAS pode fazer com relação as
74 vacinas e as pias para higienização, pois são muitas respostas que temos que acompanhar. Sra.
75 Aurora lembra que tínhamos apontado o documento que foi trazido pelo Movimento Municipal de
76 Pessoas em Situação de Rua e tem outros documentos que trazem questões que podem ser

77 efetivadas, como a questão dos banheiros, das pias, da alimentação no Bom Prato, a recomposição
78 das equipes, o material educativo e a distribuição dos kit's de higiene. Questiona que parceiros
79 temos? Como a SEDS está vendo isso? Que ações podem ser feitas? Sra. Juliana aponta que com
80 relação ao informativo, foi elaborado pela equipe e já solicitamos a Saúde as questões afetas e a
81 resposta é que está sendo preparado. Sr. Rodrigo informa que na questão dos Kit's Higiene já falou-
82 se sobre a ação com o Consultório na Rua. Na AGO de 28 de abril poderá ser discutir a revisão da
83 Resolução Normativa N.º 543/2014 – CMAS. Sobre a recomposição das equipes, como já foi dito, o
84 CMAS oficiou a SEGES. Sobre a questão da Segurança do Trabalho, foi oficiada também a SEGES.
85 Não contatamos a PRODESAN sobre os banheiros, pois acredito que precisamos discutir mais. Com
86 relação ao Bom Prato, podemos articular o contato com o Governo de Estado, desde que saibamos
87 a quantidade que iremos utilizar, penso que também precisamos discutir mais. Tem ações que não
88 dependem somente do CMAS. Sra. Nayara pede que retomemos a discussão dos acolhimentos. É
89 importante a fala do Sr. Rodrigo sobre ampliar a visão dos serviços e a demanda que existe. O CMAS
90 poderia solicitar como está acontecendo de fato o acolhimento das pessoas. Sra. Rayssa aponta a
91 colocação da Assistente Social Caroline com relação as condições do SEACOLHE-AIF. Sra. Marilda
92 aponta que o Sr. Rodrigo falou em queda de abordagens, mas registro que estão ocorrendo mais
93 abordagens, fazemos o trabalho de educação e informação. Em situações com grande número de
94 pessoas, optamos por não fazer as fichas de registro. Sendo assim, a abordagem não diminuiu.
95 Sugere que não se compute o serviço por número de fichas preenchidas. Solicita que o Sr. Rodrigo
96 fale mais sobre o abrigo que está sendo construído no antigo prédio da abordagem social. Sr. Décio
97 relata que em relação ao serviço SEACOLHE-AIF, as pessoas ficam confinadas, é um circo de
98 horrores. Não há assistência psicológica. O atendimento é pouco. As pessoas preferem ir para a rua.
99 É urgente alguma solução interna. Sra. Mayara relata que a Câmara Municipal fez questionamentos
100 a SEDS com relação a discussão aqui apontada, que é a estrutura dos serviços, questiona como está
101 isso? Sr. Rodrigo aponta que com relação ao número de abordagens, deve ser feita uma discussão
102 entre o serviço e a equipe de vigilância para não perdermos informações. Com relação ao novo abrigo,
103 informa que foi publicado no D.O. do dia 16 de abril a comissão de avaliação. AS Organizações
104 Sociais inscritas no CMAS para execução desse serviço, receberam a informação, com prazo de
105 manifestação em 24 horas. Houve manifestação do Albergue Noturno, contudo foi enviado fora do
106 período e sem plano de trabalho. A Organização Vidas Recicladas enviou plano de trabalho e está
107 em análise. Inicialmente será um termo formalizado para 180 dias, visando ampliar a oferta de vagas
108 nos serviços. Com relação à Câmara Municipal, a SEDS trabalha com o sistema de Processo Digitais,
109 sendo assim, cada processo é direcionado para o setor responsável. Enquanto COGESUAS, recebi
110 apenas o questionamento da Vereadora Telma, sobre a questão do Auxílio Emergencial do Governo
111 Federal e sobre o Programa Nossa Família. Há implícita desinformação dos vereadores ao fazerem
112 seus questionamentos. Pois o questionado caberia a Vereadora a propositura de alteração da Lei do
113 Programa Nossa Família. Com relação ao Auxílio Emergencial, a colocação é que dependesse do
114 CRAS a sua efetivação, mas lembro que conforme diretrizes do Governo Federal o prazo de corte
115 para receber o auxílio é de cadastros atualizados até 20 de março, pós essa data não há liberação.
116 Os demais encaminhamentos da Câmara não tenho conhecimento. Sra. Marilda sugere nova reunião
117 para discutir os encaminhamentos afetos aos serviços da Assistência Social. Sr. Maurício relata que
118 o número de vagas oferecidas é um complicador para administrar a demanda, pois ainda seguimos a

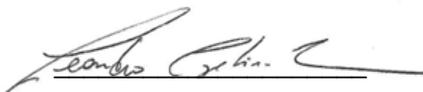
119 Ordem de Serviço em vigência. Não temos quase o que oferecer, é contraditório. A expectativa é que
120 possamos ter um número legal de vagas. Sr. Rodrigo lembra que a Coordenação de Atenção à
121 Pessoa em Situação de Rua ficou responsável de conversar com os serviços para rever a ordem de
122 serviço. Não houve participação de serviços de acolhimento de execução direta e nem do serviço do
123 Albergue Noturno nas reuniões, há respostas que precisam ser trazidas. Sra. Aurora sugere que
124 devam ser convocados para a discussão e agendar uma reunião. Sr. Darci lembra que tudo está
125 sendo revisto e questiona o que vai ser transformado em Política Pública? Sra. Aurora sugere que a
126 SEDS já traga elaborado seus protocolos para a reunião. Sr. Rodrigo sugere que seja resgatado o
127 primeiro documento elaborado para o GT para embasar a discussão da reunião. Não tendo mais
128 assuntos a tratar, Sra. Rayssa declara finalizada a Reunião, às 16h00 pedindo que a Secretaria
129 Executiva providencie o convite para a próxima reunião divulgando a mesma aos interessados, que
130 ocorrerá dia 27 de abril as 14h, via plataforma SKYPE.

131

132

133

134



Leandro Lapetina Freire

Secretário Executivo – CMAS